

MEMÓRIA SOCIAL E AFIRMAÇÃO ÉTNICA NA TRADIÇÃO ORAL DOS TREMEMBÉ DE ALMOFALA (1980-2012).

***FRANCISCA PAULA MACHADO**

O presente artigo tem como objetivo analisar através da memória e da tradição oral, a mobilização da Comunidade Tremembé de Almofala, no processo de emergência dos grupos indígenas remanescentes dos antigos aldeamentos missionários a partir da década de 1980, momento em que vários grupos em várias partes do Brasil “reaparecem” e afirmam suas identidades étnicas.

Este trabalho é fruto da nossa investigação para escrever o projeto de pesquisa aprovado no programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, na linha de pesquisa memória e temporalidade, na turma de 2013. E procura perceber a oralidade, a ancestralidade, a dinâmica cultural e as práticas sociais, como lugares de memórias e de construção de identidades.

A ideia de pesquisar a emergência e organização política dos Tremembé de Almofala, iniciada na segunda metade da década de 1980 é resultado do meu interesse em compreender a importância da memória e da oralidade na organização dos grupos étnicos, e principalmente, é fruto de motivações pessoais visto que sou natural de Itarema e mantenho uma relação de amizade com o grupo desde a minha infância quando visitava a comunidade muitas vezes atraída pelo banho de mar, ou pelos colares de conchas confeccionados pelos Tremembé. Nestes momentos, principalmente na década de 1990, presenciei os conflitos interétnicos na região.

Almofala espaço social desta pesquisa localiza-se no Município de Itarema, Litoral Oeste do Estado do Ceará, cerca de 270 Km de Fortaleza. Historicamente, pelo menos desde a primeira década do Século XVIII, Almofala concentra parte dos índios Tremembé que vivem na região litorânea do Ceará. Pela Carta Régia de 8.1.1697 ao governador do Maranhão, o Rei de Portugal determinou a concessão de Sesmarias aos índios da região costeira, do Ceará ao Maranhão. Atendendo a esta determinação o Padre José Borges de Novaes, teria fundado em 1702 uma Missão da Nação Tremembé, onde teria sido construída uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. A partir de 1766 o Aldeamento passa a ser denominado de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, com a criação da Freguesia em 12 de Setembro do mesmo ano (Souza,1983 e Valle,1992).

*Universidade Federal do Ceará.

Mestranda em História Social

A consolidação de um discurso de negação da indianidade se dá de forma mais premente a partir da Lei de Terras, nº 601, de 1850, que tratava de medidas relativas à ordenação da Estrutura fundiária no Brasil imperial.

O Livro de Registro de Terras da Freguesia da Barra do Acaracú, que abrange o período que vai de 1855 a 1857, datado de 18 de março de 1857, inclui 22 registros de terras para índios de Almofala, além do registro de “*uma légoa de terra quadrada para residência e subsistência dos índios*” da povoação (Gomes, 1992).

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1992) a Lei de Terras de 1850, inaugura uma política agressiva em relação às terras das aldeias: um mês após sua promulgação o império manda incorporar às aldeias “*descendentes de índios que vivem dispersos e confundidos na massa da população civilizada*”¹. E em 1863 o Presidente da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo, declara não haver mais índios no Estado².

Deste modo, desde meados do Século XIX, a comunidade envolvente, por discriminação e principalmente por interesse nas terras indígenas, passaram a tratar os Tremembé como “caboclos”, “remanescentes” ou “descendentes” de índios.

Na última década do referido século uma duna móvel soterrou o povoado de Almofala, causando a dispersão dos índios para outras áreas do município de Itarema, Parte do povoado só voltou a ficar descoberto, a partir da década de 40 do Século XX, depois de meio século soterrado. Fato este que veio a contribuir para a invasão das “terras do Aldeamento” por posseiros e grandes empresas agroindustriais que há muito tempo desejavam se fixar nessas terras. Tais antecedentes históricos revelam aspectos importantes que possibilitarão a reflexão, além de um melhor entendimento da problemática indígena em Almofala.

Deste modo, quanto à abordagem do tema procuro fazê-la através da análise de três pontos que julgo fundamentais para o estudo do objeto em questão: a problemática da memória, a

¹. Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império em 21/10/1850, in: CUNHA, Manuela Carneiro. Política indigenista no Século XIX. In: História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

². Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1863. In: GOMES, Jussara V. (coord) Relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente, nº1366, de 4/9/1992. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Funai (GT Tremembé). p.5

historicidade das relações interétnicas e de poder, e o processo de mobilização identitária e étnica que marca a luta pela posse da terra desencadeando a violência (física e simbólica).

Constituem-se enquanto fontes para este artigo, o acervo da (AMIT) Associação Missão Tremembé, organização não governamental fundada pela Missionária Maria Amélia Leite. Este acervo é formado por jornais, cartas, vídeos, documentos da FUNAI, relatórios e atas de reuniões, documentos oficiais dos processos de terra, transcrições e áudios de entrevistas realizadas por diversos pesquisadores de diferentes áreas desde a década de 1970 até os dias atuais. Este acervo merece atenção especial, para compreender a memória da emergência identitária dos Tremembé.

Além do referido acervo utilizei como fontes algumas entrevistas realizadas por mim nos anos de 2008 e 2010 onde foram entrevistados alguns membros da comunidade, principalmente, o atual Cacique João Venâncio, algumas pessoas indicadas por ele e outras escolhidas por mim, incluindo a população não índia, para possibilitar uma melhor problematização das diferentes posições a cerca da afirmação étnica dos Tremembé. Além da minha própria experiência junto à comunidade. No decorrer da pesquisa pretendo realizar outras entrevistas com a comunidade indígena, com a comunidade envolvente e com os grupos de poder político e econômico.

Nos diversos momentos de diálogos com o grupo foi possível perceber que a tradição oral dos Tremembé é demarcada por tempos múltiplos de um discurso coletivo, os tempos pretéritos são definidos como os “bons tempos do passado”. Na fala dos membros da comunidade a expressão “no tempo do(a)” se constitui em uma forma de periodização própria à memória histórica de Almofala, tanto em relação ao tempo cíclico da natureza, como em relação ao tempo vivido.

É importante esclarecer que não tomo aqui a documentação sugerida e utilizada como fonte de verdade absoluta. E sim como fontes passíveis de análise e interpretação. Deste modo nos propomos problematizá-las historicamente na busca de uma compreensão da história da referida comunidade.

Ao encaminhar minha pesquisa tomando a memória e a oralidade, como pontos importantes na organização política e afirmação da identidade étnica dos Tremembé, utilizei as abordagens teóricas que privilegiam a compreensão de que a memória é um importante elemento nas questões sobre identidade, seja esta individual ou coletiva.

Um dos pontos que justificam a análise desta problemática histórica é a carência de trabalhos sobre a emergência dos grupos étnicos nos cursos de história das universidades cearenses. As poucas pesquisas sobre esta temática encontram-se nos cursos de Sociologia, necessitando deste modo de uma análise histórica do período em questão.

O recorte a ser estudado se inicia na década 1980, início da organização política dos Tremembé, período de grandes agitações sociais e políticas em todo Brasil (fim do Regime Militar, movimento pelas “Diretas Já”, redemocratização, etc), momento também marcado por mudanças **significativas nas leis da Constituição Federal**, o que impulsionou a mobilização de vários grupos em todo País. A pesquisa se estende até os dias atuais e nessas três décadas **pretende analisar a dinâmica social, com suas peculiaridades, circunstâncias e mecanismos, observando como os Tremembé vivenciam aquela experiência e como ocorre a sua transformação social e identitária.**

Considerando-se a evocação do passado como suporte da memória, é possível entender que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como um meio de preservar e reter o tempo, livrando-o do esquecimento. Para Lucília de Almeida Neves(2004), História e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são a base das identidades individuais e coletivas. Segundo a autora:

“A memória ao constituir-se como fonte informativa para a História, constitui-se também como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético, e potencialmente renovável, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente”.³

Neste sentido, esta pesquisa se insere no âmbito da História Social e das abordagens historiográficas que priorizam a experiência humana e os comportamentos e identidades coletivas na explicação histórica e compreende a memória como uma de suas matérias primas.

Para Jacques Le Goff (1996) os fenômenos da memória são os resultados de processos dinâmicos de organização e só existem se esta organização os mantém ou os re-significa de acordo com a mobilidade histórica. Segundo o referido autor um dos papéis da memória coletiva é manter a coesão grupal, em particular quando os grupos apelam para uma

³NEVES, Lucília. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. in: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História oral,n7,Jun 2004,São Paulo: Associação Brasileira de História Oral.v.7(109-116)

origem comum. Ou seja, *o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento a existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem.*⁴

É possível perceber que os Tremembé, durante a sua emergência, na tentativa de legitimar suas reivindicações, se utilizam das transmissões orais repassadas por seus antepassados e consequentemente na suposta crença em uma origem comum.

A partir dessas observações torna-se pertinente questionarmos: quais os elementos que definem a identidade étnica? Qual a importância dos laços de sangue para estes grupos? De que modo a oralidade contribui para a organização política dos Tremembé? Na relação passado/presente como os Tremembé se relacionam com esses dois tempos?

Referindo-se especificamente as questões étnicas Manuela Carneiro da Cunha (1986) define a identidade étnica como uma “construção simbólica” elaborada em situação e por “contraste”. No seu ponto de vista a etnicidade deve ser encarada como uma “categoria nativa”, que tem como principal característica um discurso político reivindicativo através do qual é invocado uma origem comum para legitimar a identidade.

(...)mas essa perspectiva acarreta também que a etnicidade não difere, do ponto de vista organizatório, de outras formas de definição de grupos, tais como grupos religiosos ou de parentesco. Difere, isto sim, na retórica usada para se demarcar o grupo, nestes casos uma assunção de fé ou de genealogias compartilhadas, enquanto na etnicidade se invocam uma origem e uma cultura comuns. Portanto, não mais que estes grupos, a etnicidade não seria uma categoria analítica, mas uma categoria “nativa”, isto é, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante”.⁵

É importante refletirmos que se a identidade étnica é uma organização política que se constitui em meio à sociedade mais ampla visando conquistar espaços; se a etnicidade pode ser entendida com uma categoria nativa utilizada pelos atores sociais para as quais ela é relevante(Cunha,1986); e se o passado tende a ser o tribunal de apelação para as incertezas do presente(Hobsbawn,1998); o contexto social em que ocorrem a emergência da etnicidade é um referencial de suma importância para compreendê-la.

⁴ LE GOFF, Jacques.*História e Memória.Campinas:Ed.Unicamp.1992.p.428.*

⁵.CUNHA,Manuela Carneiro da.1986.Antropologia do Brasil.Mito, história, etnicidade.São Paulo:Brasiliense.1986.p.107

Vale destacar que as agitações sociais e políticas que marcaram as décadas de 70 e 80; o surgimento de novos atores sociais, reivindicando seus direitos; a mobilização dos índios Tabeba, que foi a primeira etnia cearense a se mobilizar formalmente encaminhando suas reivindicações para a FUNAI; e as mudanças nas leis da Constituição Federal foram fatores importantes para a organização política dos Tremembé.

É relevante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, assegura aos índios os *direitos originários sobre as terras que ocupam tradicionalmente, conferindo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, sendo vedada a remoção destes grupos das terras por eles ocupadas de forma tradicional.*⁶

Vale esclarecer que estes direitos promulgados pela Constituição Federal representam também uma conquista, fruto de um longo movimento e não, uma atitude de generosidade e delicadeza do Estado brasileiro.

Em 1986, um Grupo Técnico da FUNAI que estava no município de Caucaia realizando estudos de identificação da área indígena Tabeba, foi instruído para visitar Almofala. Nessa visita informal o coordenador do Grupo Técnico realizou uma reunião com o Cacique Vicente Viana, onde debateram a possibilidade do encaminhamento da reivindicação das terras do “antigo aldeamento” à FUNAI. No entanto só em Setembro de 1992 os técnicos da FUNAI fizeram uma visita formal a Almofala, com o intuito de identificar e delimitar a área indígena.

Logo no início do Relatório do GT da FUNAI (GT Tremembé), iniciado em Setembro de 1992, a Antropóloga Jussara Gomes, coordenadora do GT, faz uma narrativa da recepção dos índios ao Grupo Técnico:

“(…) tivemos uma ótima acolhida por parte dos indígenas. Muitos são os depoimentos de índios que encontraram os locais de antigas moradas de seus antepassados e vestígios de suas atividades no terreno,

⁶ **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988-texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais de n.1, de 1992, a 30, de 2000, e pelas emendas constitucionais de revisão n.1 a 6 de 1994-15.Ed.Brasília:Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2000.

quando acharam artefatos como cachimbos e botijas de cerâmica, machados e moedoras de pedra, cacos de painéis e alguidares de cerâmica guardados como relíquias.”⁷

A partir da análise da referida citação é possível perceber que os Tremembé diante do GT da FUNAI procuraram comprovar sua indianidade, através da memória que o grupo guarda dos ancestrais. Para Pollak (1986) a memória se integra em *tentativas mais ou menos conscientes* de decidir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais, e quando vemos *pontos de referência de uma época longínqua*, frequentemente *os juntamos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem*.⁸

A presença do GT em Almofala em 1992, assim como o desenvolvimento dos seus trabalhos na área ocasionou muitas mudanças no cotidiano da referida localidade. Foi despertado um clima de conflito entre os moradores do distrito em questão e desencadeou uma série de violência de ordem física e simbólica por parte de empresas, posseiros e latifundiários.

“No período em que o GT permaneceu na área alguns líderes indígenas receberam ameaças de pessoas possuidoras de terras na região. A frequência e intensificação dessas ameaças especialmente ao Cacique Vicente Viana Damasceno, levou-nos a acompanhá-lo à Delegacia de Polícia para ele registrar queixa e solicitar proteção policial”⁹

O jornal “O Povo” de 29 de novembro de 1992, traz uma matéria acerca dos últimos acontecimentos em Almofala. A matéria se inicia afirmando que *Almofala está em pé de guerra, mas desta vez são os brancos que se pintam para a briga, amedrontados diante do perigo iminente da desapropriação das suas terras pela FUNAI*.¹⁰ O Jornal segue noticiando que *os índios da região temem os brancos e o cacique Vicente Viana se declara um homem marcado para morrer*.¹¹

Podemos supor que este clima tenso que incidiu sobre Almofala impulsionou os Tremembé para cada vez mais se engajarem e articularem suas reivindicações pela posse da terra. Nos depoimentos concedidos pelas lideranças ao GT, fica evidenciado que a comunidade evoca a memória de seus ancestrais para legitimar suas reivindicações.

⁷.p GOMES, Jussara V. (coord) Relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente, nº 1366, de 4/9/1992. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Funai (GT Tremembé). P.3.19

⁸. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos históricos. nº 2(3). Rio de Janeiro. 1989. p.9

⁹ GOMES, Jussara V. (coord) Relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente, nº 1366, de 4/9/1992. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Funai (GT Tremembé). p.3/4

¹⁰ O povo, 29 de Nov, 1992

¹¹ idem

“A terra é nossa. Meu bisavô morava aqui. Eu nasci e fui criada aqui. Eu tenho neto, eu já tenho bisneto. Agora não tem onde um neto faça uma casa. Essa nossa terra é essa dos índio velho, dessa nossa aldeia. Hoje os índios não tem direito a nada, pois quem manda é o pessoal de fora”.¹²

Podemos perceber que os índios se identificam como “os filhos do lugar” e se referem à sociedade envolvente como o “pessoal de fora”, ou seja, o grupo aciona a memória coletiva e procura estabelecer uma fronteira entre o “nós” e os “outros” (Barth, 1976). Neste sentido lembramos Pollak (1986) que afirma que *a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais* e particularmente em *conflitos que opõem grupos políticos diversos*.

É possível observar, através de alguns depoimentos, que uma das formas do grupo afirmar a identidade étnica é através da evocação da memória de uma velha índia conhecida por todos como “Tia Chica”. Segundo os membros da comunidade, “Tia Chica” conhecia as crenças, os costumes, os limites das terras do antigo aldeamento e gostava de narrar as histórias dos antigos. Faleceu na década de 1970 com quase cem anos. É válido ressaltar que a cultura e a tradição oral dos Tremembé não morre com “Tia Chica”.

A evocação da memória de “Tia Chica” chama nossa atenção para fatores de grande relevância que merecem mais atenção no decorrer da pesquisa, pois elementos importantes para a organização política dos Tremembé são acionados, como a memória, a oralidade, a ancestralidade e a crença em uma origem comum.

“A ‘Tia Chica’ falava que as nossas terra ia desde o Camucim até a banda da Lagoinha e daqui da Lagoa Seca até a serra da Ibiapaba. Era muita terra, muita terra mesmo. A ‘Tia Chica’ sabia do tamanho das nossa terra, ela contava essas história para minha mãe, para minha vó e elas contava para mim”.¹³

Sobre esses fatos é importante lembrar Le Goff (1992) que afirma que nas sociedades ou grupos sem escrita determinados indivíduos atuam como verdadeiros guardiões da memória tradicional, desempenhando importante papel para a coesão grupal.

Vale ressaltar que “Tia Chica” e seu irmão Zé Miguel eram os principais organizadores da dança do Torém (dança de roda que os Tremembé dançam tradicionalmente) e ambos eram vistos pela comunidade circundante como os últimos “índios puros”. Com o falecimento

¹² Índia Joana Henrique dos Santos. in; GOMES, Jussara V. (coord) Relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente, nº 1366, de 4/9/1992. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Funai (GT Tremembé). P.25

¹³ João Venâncio, Fev, 2008 (entrevista concedida a mim no referido período).

dos dois na década de 1970 a articulação dos torenzeiros foi seriamente comprometida. Suas mortes, somada à ocupação da Lagoa Seca por um grande comerciante local, fato este que causou a dispersão dos torenzeiros, teve como consequência uma pausa na prática da dança.

Assim o torém só voltou a ser dançado pela comunidade no final da década de 1980 no momento da emergência identitária do grupo. Para Pollak (1986) isso é comum às memórias marginalizadas e *conforme as circunstâncias do presente ocorre a emergência de algumas lembranças*.

Segundo Oliveira Junior (1998) neste momento o Torém se constituiu como um dos elementos diferenciadores entre o “nós” e os “outros” ou seja, como um marcador cultural e símbolo identitário dos Tremembé. Sobre o Torém existem importantes questões a serem discutidas oportunamente no desenvolvimento da pesquisa. Mas desde já vale questionarmos: Como se dar o processo de reelaboração cultural dos Tremembé? Qual o papel do Estado neste processo já que o Estado é o responsável pelo reconhecimento legal das identidades reivindicadas?

Se ainda fosse viva "Tia Chica" teria desempenhado relevante papel para legitimar as reivindicações do grupo, porém, em Setembro de 1992 os Tremembé nomeiam João Venâncio, bisneto de “Tia Chica” e seu parente mais próximo, como novo responsável pela dança do torém e em 1993 João Venâncio é nomeado vice- cacique, o que demonstra que o grupo está consciente da importância da ancestralidade.

Em 1992 o GT da FUNAI, define em consenso com o grupo a área que deverá ser delimitada, tomando por base a légua em quadra que compreendia o antigo aldeamento. Desta légua em quadra seriam excluídos os povoados mais populosos com pessoas não índias e seria compensada por áreas menos habitadas. Deste modo o povoado de Almofala ficaria fora do local a ser demarcado. No entanto os índios não abriram mão da igreja e *embora deixando fora a vila de Almofala e uma parte da antiga “terra do Aldeamento”, a proposta incluía a igreja da qual nenhum deles deseja abrir mão.*¹⁴

¹⁴ GOMES, J Jussara V. (coord) Relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente, nº1366, de 4/9/1992. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Funai (GT Tremembé). P.40

É pertinente esclarecer que a igreja de Almofala conhecida também como “igreja dos índios” faz parte do contexto da vida dos Tremembé e constitui elemento de referência na luta pelas terras do antigo aldeamento missionário.

A igreja representa para o referido grupo uma espécie de marco do local do antigo aldeamento indígena. A denominação “terra do Aldeamento” ou “terra da Santa”, utilizada pelos índios, refere-se à terra onde viveram seus antepassados e na qual foi construída a igreja dedicada a nossa Senhora da Conceição, cuja história simbólica reforça a identidade étnica do grupo, no sentido do pertencimento.

A relação dos Tremembé com a igreja de Almofala é muito antiga e antecede a fundação do Aldeamento missionário. Contam os Tremembé, que seus antepassados acharam uma santa de ouro e no local construíram a primeira igreja, coberta de palha para abrigá-la e festejá-la dançando o Torém. A Rainha de Portugal em troca desta santa teria lhes dado uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, material para construir a igreja de alvenaria e um quadro de légua de terra para eles viverem. Posteriormente em 1702 foi fundado o Aldeamento Missionário.

“Essa minha avó contava, que a avó dela contava, que ainda não tinha essa igreja aí de Almofala. Parece que eles cavando uma cacimba descobriram enterrada uma coisa amarelinha. Foram cavando e descobriram que era uma pessoa, era a santa, pois é, a santa. Aí arrancaram, fizeram um cálculo que fosse um santo e fizeram uma casa de tauba e ramo pra ela. Saiu pro meio do mundo uma notícia pro lado onde a rainha mora, esse Portugal. Por lá noticiaram esse negócio. Aí chegou por aí e disse: eu vou mandar fazer uma igreja pra vocês, Vocês tem vontade de orar? Era uma santa de ouro, minha avó dizia. Mandou o material todo de lá. Parece que o material veio todo da Bahia. Veio sim. Aí fizeram a igreja e na hora da igreja feita, ela fez um jogo. Ficou com a santa lá e trouxe outra. Levaram-se embora a santa”.¹⁵

Pode-se perceber que a igreja representa para os Tremembé, um marco externo e edificado do local da terra do aldeamento, mas também tem significados simbólicos referentes a memória e a origem da comunidade, sendo ainda uma espécie de marco do próprio tempo da memória dos Tremembé, que em muitos momentos se referem “ao tempo da construção da igreja”, “ao tempo do soterramento da igreja”, “ao tempo que retiraram a areia da igreja” ao “tempo que dançavam o Torém em frente à igreja”.

A nossa hipótese em relação a esta questão é a de que a igreja ao fazer parte da dinâmica da história do grupo está imbuída de um importante valor simbólico como marco da terra

¹⁵ José Alves Ribeiro (Zé Galina) In: GOMES, Jussara V. (coord) Relatório do Grupo Técnico criado pela Portaria do Presidente, nº 1366, de 4/9/1992. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Funai (GT Tremembé). p.21-22

do Aldeamento e base da memória coletiva. Segundo Pollak(1989) a memória ao eleger o que é comum ao grupo reforça o sentimento de pertença operando como um importante artifício para a coesão grupal.

“Manter coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território, eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências.”¹⁶

No entanto a comunidade circundante nega a existência de índios em Almofala e a participação destes na construção da igreja. Tereza do Nascimento moradora de Almofala, em entrevista ao Jornal *O Povo*, em 29 de Novembro de 1992, declara:

“Almofala não possui índios desde a muito antes da construção da nossa igreja. Ela foi construída pelos brancos, com material dado pela Rainha de Portugal”.¹⁷

Faz-se necessário dentro deste contexto analisar e refletir no decorrer da pesquisa sobre a importância da igreja na memória dos Tremembé. De que forma a comunidade circundante dita católica encara a imagem do índio vinculada à imagem da igreja? Como se dar a relação entre o padre e os índios? Como a população não índia encara o fato das terras dos índios englobarem o local da igreja? Quais as atitudes dos próprios índios em relação às possíveis reações da comunidade circundante acerca desta problemática?

O ano de 1993 foi marcado por dois fatos interessantes para o movimento indígena e em especial para os Tremembé. O primeiro deles foi a campanha pela demarcação das terras indígenas que teve seu lançamento no dia 14 de Abril de 1993 no Seminário da Prainha em Fortaleza. A campanha foi organizada pela pastoral indigenista da Arquidiocese de Fortaleza e pela Associação Missão Tremembé com o intuito de obter apoio da sociedade cearense na luta pela posse da terra dos povos indígenas.

A campanha com duração de seis meses teve como tema: “Terra Demarcada- vida Garantida”. O tema da campanha nos permite supor que para os indigenistas, assim como para os grupos étnicos que faziam parte da campanha, a terra em nível das representações possui duas materialidades: física e simbólica. Física por que é o lugar de viver, de morar e

¹⁶ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos históricos. nº 2(3). Rio de Janeiro. 1989. p.8

¹⁷. O povo, 29 de Nov, 1992

de criar os filhos e enquanto materialidade simbólica é cheia de significados que dizem respeito não somente ao momento presente, mas ao passado e também ao futuro. Podemos deduzir que há um elo de ligação entre estes tempos reconstruídos pela memória individual e coletiva.

O atual cacique João Venâncio que em 1993 era vice- cacique participou da Campanha e sobre isso comenta:

“Eu participei daquela campanha, tinha muita gente naquele dia, aí a gente se preparou pra mostrar que a gente era índio mesmo. E botamos os cocá e os colar e dançamo o torém”.¹⁸

Percebemos na fala de João Venâncio que durante a Campanha os Tremembé procuraram evidenciar as diferenças culturais na tentativa de comprovar perante a sociedade cearense sua identidade étnica.

O outro fato importante para os Tremembé, ocorrido ainda em 1993 foi a aprovação do Relatório de identificação e delimitação da área indígena, em Julho do Referido ano. A partir daí os Tremembé passaram a sofrer ameaças de morte e violências mais concretas, por parte de posseiros, latifundiários e de políticos da região.

Ao analisar o acervo da AMIT, é possível supor que a aprovação do Relatório do GT da FUNAI, causou uma espécie de pânico na população não-índia, que ficou temerosa com a possibilidade de perder a terra:

“Aumentou cada vez mais as chateações, as ameaças, as perseguições em cima de nós. Até as crianças nas escolas, são vítimas dessas perseguição, tem delas que não agüentam mais e estão deixando de estudar”.¹⁹

Estas “chateações” foram concretizadas quando em Setembro de 1993, a Empresa Agroindustrial Ducoco S/A, instalada na área indígena desde o fim da década de 1970, entrou na Justiça com Ação Cautelar para suspender a demarcação da Terra indígena de Almofala. Tal Ação recebeu apoio da Dr^a Juíza da 3^a Vara Federal no Ceará, Germana Oliveira de Moraes que deu liminar protegendo a Empresa Ducoco. Alegando que a terra do aldeamento não era ocupada tradicionalmente pelos Tremembé já que estes no ponto de vista da Juíza, haviam abandonado a terra por quase meio século na época do soterramento.

¹⁸ Cacique João Venâncio, Fev,2008(entrevista concedida a mim na referida data)

¹⁹ Trecho de carta dos Tremembé, às entidades de apoio à luta dos povos indígenas. (datada de 14 de Outubro de 1993) Acervo da AMIT (Associação Missão Tremembé).

É pertinente esclarecer que alguns membros da comunidade trabalhavam na empresa Ducoco, e por dependerem do emprego, passaram a negar suas identidades. Neste sentido, ao analisar a documentação, foi possível perceber divergências entre os Tremembé.

“Esses índio, nossos parente, chegam até a pagar advogado tirando seu direito de índio para dar aos posseiros. São muitos os que tão sendo usados contra seu próprio direito de Tremembé. Negam publicamente que são índio e tem medo, muito medo por causa da dependência, da pobreza da vida”.²⁰

O discurso presente na carta que é assinada pelo cacique Vicente Viana em 1993, deixa bem claro que há interesses antagônicos dentro do próprio grupo, no entanto o cacique por saber da importância de demonstrar a coesão grupal procura justificar a atitude de seus parentes alegando a pobreza em que estes vivem e por isso são dependentes do emprego na Ducoco. Estes problemas internos continuam sendo enfrentados pelo grupo até os dias atuais.

Hoje 30 anos depois do início da organização política, suas terras já identificadas e delimitadas permanecem com um processo pendente na justiça à espera da titulação oficial. Sendo assim, não considero os pontos aqui analisados como concluídos ou resolvidos. Supomos que todas essas contingências aliadas aos vários fatores apreciados no decorrer do texto e a outros ainda a serem investigados podem ser considerados como pontos importantes para a compreensão da organização política e afirmação étnica do referido grupo.

7. BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1930.

ARAÚJO, Nicodemos. **Almofala dos Tremembé**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT Philippe e STREIFF-FENART Jocelyne, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: UNESP, 1998.

BURKE, Peter, **O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia histórica**. Lisboa: DIFEL, 1992.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986

²⁰. Trecho de carta dos Tremembé, às entidades de apoio à luta dos povos indígenas. (datada de 14 de Outubro de 1993) Acervo da AMIT (Associação Missão Tremembé).

DUARTE, Hélio Queiroz. **Nossa Senhora da Conceição de Almofala**. São Paulo: Faculdade de Habitação e Urbanismo, 1972.

DURHAM, Eunice. **A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna**. In Arte em Revista, São Paulo: Kairós, n.º 3, 1980.

FELDMAN-BIANCO, Bela e CAPINHA Graça (org.). **Identidades: estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FREITAS, Edinaldo Bezerra. Fala de índio. História do Brasil. O desafio da Etno-história indígena. in: **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História oral, n.º 7, Jun 2004, São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. v.7(181-196)

GANDON, Tânia Risério d'Almeida, Entre Memória e História: tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes, In **Projeto História**, n.º 22, São Paulo: Educ, Junho 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWN, Eric J.O **Sentido do Passado**. in: Sobre História/Eric Hobsbawn; tradução Cid Knipel Moreira-São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In Projeto História, n.º 17, São Paulo: Educ, Fev. 1997.

MESSEDER, Marcos L. **Etnicidade e diálogo político: a emergência dos Tremembé**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Datilografado. Salvador. UFB. 1995

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória- a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

NOVO, José da Silva **Almofala dos Tremembé**. Itapipoca: sem edição. 1976

OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gerson Augusto de. **Torém: brincadeira dos Índios Velhos**. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto. 1998

_____, Gerson Augusto de. **O encanto das águas. A relação dos Tremembé com a Natureza**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos. n.º 2(3). Rio de Janeiro. 1989p.3-15

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In Projeto História, n.º 14, São Paulo: Educ, Fevereiro 1997, pp 25-39.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRINS, Gwyn. História Oral. in: **A escrita da história: novas perspectivas**/Peter Burke(org). tradução de Magda Lopes. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RODRIGUES BRANDÃO, Carlo. **Identidade e etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TADEU da SILVA, Tomasz (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2000.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias**. In Projeto História, n.º 15, São Paulo: Educ, Abril 1997, pp51-84

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL